

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.232.009 - SP (2018/0007138-0)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADOS : GUSTAVO JOSÉ MENDES TEPEDINO - RJ041245
ANDRE VASCONCELOS ROQUE - RJ130538
MILENA DONATO OLIVA - RJ137546
VIVIANNE DA SILVEIRA ABÍLIO - RJ165488
MARINA BRANCO CAMPOS MELO E SILVA - SP311802
AGRAVADO : ETORE LOTTO NETO
ADVOGADO : REINALDO SIDERLEY VASSOLER - SP082555

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. contra inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ fl. 548):

Ação rescisória - Indenização por danos materiais — Débitos irregulares em conta corrente - Determinação de atualização do valor pela taxa de juros exigida pela instituição financeira (8,89% ao mês) e termo inicial de juros moratórios a partir do respectivo desembolso - Inocorrência da hipótese do inc. V, do art. 485 do CPC - Intenção do acórdão rescindendo de propiciar a integral restituição do valor desembolsado - Inexistência de afronta expressa aos dispositivos legais avocados, que sequer foram mencionados no acórdão vergastado - Ocorrência de interpretação da lei de forma contrária às pretensões do autor - Ação improcedente.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 565-570).

Nas razões de seu recurso especial, a parte recorrente sustenta, em síntese, o acórdão recorrido manteve a decisão rescindenda que determinou a incidência de juros exclusivos de instituições financeiras sobre valor a ser restituído a particular e fixou como termo *a quo* para a incidência dos juros de mora o evento danoso.

Afirma omissão no acórdão recorrido, com ofensa aos arts. 535, II, 219, caput, e 485, V do Código de Processo Civil/1973 (1.022, II, 240, caput, e 966, V do CPC/2015), que não se manifestou, expressamente, sobre a vedação legal à prática de juros privativos de instituição financeira por particulares, sob pena de

Superior Tribunal de Justiça

levar a enriquecimento sem causa, e também com relação à fixação do termo *a quo* dos juros de mora a partir do evento danoso, considerando que as disposições legais determinam que seja a partir da citação, situação que determina que os autos sejam devolvidos à origem para novo julgamento dos embargos de declaração. Subsidiariamente, aduz violados os arts. 404, *caput*, 406, 884 e 944, *caput*, do CC; 1º do Decreto nº. 22.626/1933, na medida em que foram interpretados equivocadamente pelo acórdão da ação originária, acórdão esse que deve ser rescindido, e em novo julgamento, aplicado os juros de 12% ao ano ao valor a ser restituído. Violados, ainda, os arts. 405 do CC (1.536 do CC/1916) e 219 do CPC/1973 (240, *caput*, do CPC/2015), porquanto o termo inicial dos juros de mora deve ser a citação do banco e não o evento danoso, conforme decidiu o acórdão rescindendo.

Aponta divergência jurisprudencial com o Recurso Especial n. 1.559.314/MG no que tange à possibilidade de restituição dos valores devidos atualizado com as mesmas taxas praticadas pela instituição financeira.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 651-667) e recurso especial adesivo (e-STJ fls. 669-678).

Inadmitido na origem, foi interposto agravo em recurso especial (e-STJ fls. 707-745).

É o relatório. Passo a decidir.

Atendidos os pressupostos de admissibilidade do agravo e, considerando, a princípio, a relevância das razões recursais, determino a sua conversão em recurso especial.

Ante o exposto, determino a conversão do agravo em recurso especial.

Feitas as devidas anotações, voltem conclusos para julgamento.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator